

ECONOMIA

Cidades faturam com Petróleo

FÁBIO NUNES - 07/03/2002



Plataforma no litoral do Espírito Santo: volume de royalties cresceu 411,9% em 5 anos

DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES POR MUNICÍPIO

Ranking	Municípios	Jan/dez 2005	Jan/dez 2006	Variação (%)
1º	Linhares	19.317.876,49	20.796.032,56	7,65
2º	São Mateus	17.779.903,81	18.134.304,08	1,99
3º	Aracruz	6.335.329,83	13.542.295,58	113,76
4º	Presidente Kennedy	8.644.694,89	8.063.950,58	-6,72
5º	Jaguare	6.729.338,33	7.422.007,04	10,29
6º	Serra	47.806,97	7.343.638,36	15.261,02
7º	Fundão	38.466,38	3.339.342,92	8.581,20
8º	Vitória	554.729,70	2.549.855,71	359,66
9º	Vila Velha	554.729,70	2.549.855,71	359,66
10º	Itapemirim	3.071.874,80	2.321.792,45	-24,42
11º	Anchieta	578.753,22	1.593.659,81	175,36
12º	Conceição da Barra	1.127.417,05	1.423.490,69	26,26
13º	Marataízes	394.936,81	276.931,40	-29,88
14º	Guarapari	62.945,04	257.515,40	309,11
	Subtotal	65.240.808,02	89.616.678,29	37,36
	Outros municípios	2.657.798,86	11.042.542,54	315,48
	Total	67.898.606,88	100.659.220,83	48,25

Fonte: ANP

O ranking de arrecadação dos royalties em 2006 mostra que o petróleo rendeu R\$ 100 milhões para os municípios

Os municípios capixabas embolsaram neste ano R\$ 100,6 milhões em royalties do petróleo. A quantia, que é suficiente para comprar, por exemplo, duas mil ambulâncias, é 48,25% superior à repassada no ano passado.

O crescimento se deve, basicamente, à entrada em operação do campo de Golfinho, no Mar de Aracruz. Nos últimos cinco anos, o volume de royalties repassado às prefeituras acumula crescimento de 411,9%, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Serra e Fundão foram os municípios com maior salto na arrecadação em 2006. Os repasses destinados ao primeiro município sofreram variação de 15.161,02%, passando de R\$ 47,8 mil para R\$ 7,34 milhões.

Fundão teve incremento de 8.481,2%, saindo de um patamar de simbólicos R\$ 38,46 mil para R\$ 3,33 milhões.

Os royalties de dezembro, no valor de R\$ 9,98 milhões, já foram depositados pela ANP na conta das prefeituras capixabas. Como o valor é calculado com base na produção dos dois meses anteriores, o bolo ainda não reflete a entrada em produção do campo de Jubarte, a uma vazão inicial de 15 mil barris/dia, chegando, até

março, a 60 mil barris/dia.

Linhares ainda é o "número um" em royalties do petróleo no Estado, com um total de R\$ 20,7 milhões no ano. São Mateus mantém o segundo posto, com R\$ 18,13 milhões e Aracruz passa a figurar na terceira colocação, com R\$ 13,5 milhões.

Linhares tem alta produção de gás natural, enquanto São Mateus concentra a produção de óleo em terra. Aracruz – e também Fundão e Serra – tem suas linhas sobre o campo de Golfinho, o maior pólo de óleo leve do país, que começou a produzir neste ano, a uma vazão diária de 100 mil barris.

Presidente Kennedy, no Sul do Estado, foi o único município a manter o patamar de royalties, por deter uma pequena fatia do maior campo petrolífero do País, Roncador, na parte fluminense da Bacia de Campos.

Os demais perderam receita devido à parada de produção temporária de Jubarte. O navio-plataforma Seillean, que atuava no local, foi transferido, no início do segundo semestre, para o Mar de Aracruz, onde opera em caráter experimental o segundo módulo do campo de Golfinho, dentro de uma estratégia da Petrobras de otimizar o seu desempenho econômico e financeiro no Estado.

FATIA DOS MUNICÍPIOS

R\$ milhões



Estevão/Editoria de Arte

Dinheiro em todos municípios

Todos os 78 municípios capixabas receberam dinheiro do petróleo em 2006. Para aqueles que não estão na zona de produção, os valores repassados pela ANP, no entanto, foram apenas simbólicos, entre R\$ 40 mil e R\$ 150 mil.

Para tornar mais rígido o controle nos gastos com os recursos da exploração dos recursos minerais – petróleo, gás e recursos hídricos – o governo do Estado vai enviar para a Assembléia

Legislativa, através da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), um projeto de lei que determina o aumento da fiscalização do volume de petróleo e de gás natural produzidos no Espírito Santo.

Segundo a procurador-geral do Estado, Cristiane Mendonça, a medida irá permitir que o governo tenha mais controle sobre a exploração dos recursos naturais, apurando, por exemplo, o total de pagamentos – royalties – que deve ser repassado ao Estado.